

DEZEMBRO DE 2014

Buhari vs. Jonathan: desafios e implicações das eleições presidenciais na Nigéria

GUSTAVO PLÁCIDO DOS SANTOS

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

As peças do xadrez político da Nigéria estão a posicionar-se para as eleições presidenciais de 14 de Fevereiro de 2015, as quais, ao que tudo indica, serão as mais competitivas na história do país mais populoso do continente africano. Pela primeira vez desde o restabelecimento da democracia em 1999, o Partido Democrático Popular (PDP)—no poder desde então—enfrenta uma oposição política com reais capacidades para garantir a liderança do país. Com o nome de Congresso Progressista (APC), o novo partido político compreende uma coligação de partidos representativos das três grandes regiões geopolíticas da Nigéria—o norte, o sudoeste e o sudeste—, reunindo em si algumas das mais importantes e influentes figuras do espectro político nacional.

Liderado pelo presidente nigeriano Goodluck Jonathan, o PDP tem visto a sua posição enfraquecida por disputas internas e deserções de membros importantes, incluindo de governadores, para o APC. Na génese destes acontecimentos encontram-se exigências por parte de alguns membros, maioritariamente dos muçulmanos e naturais da região norte, para que Jonathan não se candidate à presidência, respeitando um acordo tácito que estabelece a rotatividade da presidência entre norte e sul.¹ Igualmente importante é a percepção, tanto no seio

do PDP como da oposição, da incapacidade da administração Jonathan em resolver a corrupção endémica, melhorar a situação socioeconómica e combater a insegurança no país.

A corrida presidencial adquire um carácter mais feroz quando considerando a recente nomeação do General Muhammad Buhari, líder da junta militar que governou o país entre 1983 e 1985 e candidato presidencial em 2011, como o escolhido pelo APC para disputar a presidência. Buhari, de fé muçulmana, reúne apoio considerável na sua região natal—norte—e tem aí defendido a implementação da lei islâmica. Sendo que a região norte da Nigéria é a menos desenvolvida, e considerando a ineficiência da campanha militar em conter o Boko Haram, o candidato do APC poderá assim atrair o eleitorado cada vez mais desiludido com a administração Jonathan. Com esse fim em vista, Buhari afirmou que “2015 porá fim à corrupção, à má gestão e desordem federal e à violação do estado de direito quando o APC tomar o poder”,² sendo uma das suas promessas pôr fim ao Boko Haram e ao seu “reino de terror”.³ A

terá assinado esse acordo aquando da sua eleição em 2011.

2 “There'll be revolution in 2015 polls, Tinubu, Buhari, others boast” (*Premium Times*, 28 de Novembro de 2014).

3 “Buhari blasts Boko Haram, promises end to insurgency” (*Nigerian Tribune*, 14 de Dezembro de 2014).

1 Acresce que alguns dos governadores do PDP alegam que Goodluck Jonathan



candidatura de Buhari gera no entanto receio entre a população cristã e do sul, nomeadamente no sudeste, de um retorno a um passado em que as elites do norte dominavam o espectro político e económico do país.

No sul da Nigéria têm ganho força as vozes que acusam essas elites, da qual Buhari é uma das principais figuras, de apoiar o Boko Haram como meio para enfraquecer Goodluck Jonathan.⁴ Acresce que na região do Delta do Níger, de onde Jonathan é natural e que representa um dos seus bastiões eleitorais, a situação dos militantes permanece volátil.⁵ Os jovens da região rica em petróleo têm sido dos mais aguerridos defensores da candidatura de Jonathan em 2015, tendo mesmo afirmado que caso seja impedido de o fazer estarão dispostos a usar a força “mesmo que leve à desintegração da Nigéria”, pois apenas assim os interesses da região serão protegidos e o controlo sobre a sua riqueza natural—petróleo—permanecerá nas suas mãos.⁶

Tendo em conta a possibilidade de a sua candidatura antagonizar os votos do eleitorado do sul, Buhari nomeou um pastor cristão e natural do sudeste, Yemi Osibasodo, como candidato a vice-presidente.⁷ Contudo, tal poderá não ser suficiente para garantir o apoio do sudeste, em particular da região do Delta do Níger. Desde a independência que o norte tem optado por se aliar com as outras regiões geopolíticas como meio de adquirir proeminência nacional, sendo que as alianças

com o sudoeste tiveram influência em alguns dos eventos mais violentos na história recente da Nigéria. Essas memórias estão bem vivas nas mentes das populações do sudoeste, o que complica a obtenção de apoio eleitoral relevante nessa região. Importante também notar que à ameaça representada por estas alianças regionais acresce ainda a manipulação de lealdades religiosas e sociais pelas elites em prol de interesses políticos privados. É a interligação entre a ambição desmedida por poder e a manipulação social e religiosa com fins privados que por sua vez dá origem à violência que tem assolado os períodos pós-eleitorais.⁸

Considerando a tendência de violência pós-eleitoral e a polarização política resultante da ascensão do Congresso Progressista estão criadas condições susceptíveis de mergulhar a Nigéria numa espiral de violência, muito possivelmente até mais grave do que a de 2011. Tal hipótese ganha força acrescida com as declarações de Muhammad Buhari de que caso haja manipulação eleitoral a Nigéria passará por uma revolução sangrenta.

cial do APC,¹⁰ um desenvolvimento que à primeira vista aparenta ser uma manobra estratégica do PDP— independentemente de a acusação ter ou não fundamento. Desta forma, tudo aponta para que uma vitória de Goo-

4 “S’South accuse northern elite of using B’Haram against Jonathan” (*Punch*, 18 de Novembro de 2014).

5 O Delta do Níger foi um foco de tensões durante os anos 1980 e 1990 entre militantes e forças de segurança que ameaçaram interromper a produção de petróleo.

6 A maior parte dos lucros do petróleo derivam do Delta do Níger e são distribuídos a nível nacional através de uma fórmula de derivação: “2015: Niger Delta Youths Threaten War” (*This Day Live*, 9 de Setembro de 2013).

7 “VP Slot: Buhari Taps Osibajo, Targets Redeemed Church” (*This Day live*, 17 de Dezembro de 2014).

8 As maiores incidências de violência tiveram lugar em 1963-65, 1983 e mais recentemente em 2011, tendo esta resultado na morte de quase mil pessoas. Ver Electoral Reform Committee Report (Vol. 1: 19, 2008).

9 Nas palavras de Buhari: “God willing, by 2015, something will happen. They either conduct a free and fair election or they go a very disgraceful way. If what happened in 2011 [alleged rigging] should again happen in 2015, by the grace of God, the dog and the baboon would all be soaked in blood.” Ver “Buhari under fire over threat of bloodshed” (*Punch*, 16 de Maio de 2012).

10 “Rights group calls for ICC probe of Nigerian presidential candidate” (*Reuters*, 15 de Dezembro de 2014).



dluck Jonathan¹¹ produza um período pós-eleitoral marcado por confrontos violentos.

A extensão e a durabilidade desses confrontos dependerá da independência da Comissão Nacional de Eleições, da sua capacidade em promover eleições livres e justas e, tão ou mais importante, da vontade das duas forças políticas em fomentar a estabilidade num contexto socioeconómico pouco favorável—queda abrupta dos preços do petróleo, redução nas receitas e abrandamento económico. O destino da maior economia do continente africano estará assim nas mãos dos seus principais actores, i.e. de todos os partidos, elites e instituições nacionais. Independentemente do resultado das presidenciais e do quanto livre e justo o processo eleitoral acabe por ser, caberá aos dois candidatos orientar as suas respectivas bases de apoio no sentido de promover a estabilidade e coesão nacional. Fazer o contrário terá apenas um beneficiário no curto prazo: grupos militantes como o Boko Haram.

11 Apesar de as condições políticas actuais posicionarem o candidato do PDP na linha da frente para vencer as eleições, durante os dois meses que restam até ao dia das eleições as dinâmicas poderão mudar rapidamente a favor de Buhari. Ver Zainab Usman e Oliver Owen "Incumbency and Opportunity: forecasting Nigeria's 2015 elections" (*African Arguments*, 29 de Outubro de 2014).

EDITOR | Paulo Gorjão

EDITOR ASSISTENTE | Gustavo Plácido dos Santos

DESIGN | Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa

PORUTGAL

<http://www.ipris.org>

email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.

Gold Sponsor



Silver Sponsor



Parceiros



Mecenas

